

Liminar é o que vale, afirma juiz

A liminar da 3ª Vara da Justiça Federal, que limita o reajuste das mensalidades escolares em 144,06% para o período de janeiro a julho, é que deve ser cumprida. O esclarecimento foi feito, ontem, pelo juiz que concedeu a liminar, Sebastião Fagundes de Deus.

Também o conselheiro do Conselho de Educação do DF, Carlos Fernando Matias, se posicionou sobre o assunto. "No momento em que o Judiciário optou pela liminar, ela suspende, até que seja julgada a ação, as demais leis", explicou Carlos, que também pertence à Procuradoria Geral do Distrito Federal. Ele esclareceu ainda que essa posição do Judiciário é garantida pela Constituição, no inciso XXXV do artigo 5º, que diz: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Demora

O julgamento do mérito da liminar que suspendeu o regime de liberdade vigiada para as mensalidades escolares, pelo juiz Sebastião Fagundes, ainda não tem data marcada e sequer há prazo para ser efetuado. "Ainda está sendo feito o questionamento e a apreciação da ação", explicou o juiz.

"Vou seguir o curso normal da ação", Fagundes disse também que desconhece qualquer questionamento pela via judicial a respeito do índice apresentado, de 144,06%. "Julguei que o índice era confiável e como se tratava de uma liminar, autorizei-a", explicou ele. A expectativa de rapidez prevista para o julgamento pelo presidente do Sinepe, Jaime Zveiter, será frustrada. O juiz Fagundes não pretende alterar o ritmo de tramitação da ação.

A liminar

SEBASTIAO FAGUNDES DE DEUS.

Nº V-441/89 (AÇÃO CIVIL PÚBLICA)

Autor : MPF

Procurador : Dr. JOÃO BATISTA DE

ALMEIDA

RÉ : UNIÃO FEDERAL

DESPACHO : Concedo a medida limi-

nar, requerida pelo douto MPF, autor

da presente ação, a fim de:

a) assegurar aos usuários dos servi-

ços educacionais o pagamento das men-

salidades escolares, com um reajuste

não superior a 144,06%, (consoante doc.

de fls. 138/140), no período de janeiro a

julho de 1989, ressalvada a ulterior

apresentação de índice oficial que com-

prove cabalmente percentual diverso

deste;

b) ordenar que o percentual de rea-

juste dos meses subsequentes seja fixa-

do pelos Conselhos de Educação dos Es-

tados e do Distrito Federal, nos termos

do DL nº 532/69. E assim decido, por-

quanto, na espécie, concorrem ambos os

requisitos legais autorizativos, a saber:

"fumus boni iuris", que decorre de afir-

mativa verossímil de ilegalidade e

usurpação de competência por parte da

Portaria nº 140, de 20-6-89, do Sr. Mi-

nistro de Estado de Fazenda, em face

da regra do art. 1º, do DL nº 532, de

16-4-69, cujo preceito é no sentido de

que a competência para a fixação das

mensalidades escolares cabe, respecti-

vamente, ao Conselho Federal da Edu-

cação, aos Conselhos Estaduais de Edu-

cação e ao Conselho de Educação do

Distrito Federal, conforme for o caso; e

"periculum in mora", consistente no

perigo de dano efetivo a que estão sujei-

tos os alunos e/ou seus respectivos pais,

em razão da elevação distorcida do pre-

ço das mensalidades das instituições de

ensino, em descompasso com os índices

inflacionários apresentados. Corrobo-

ra, ainda, a configuração do "pericu-

lum in mora" as freqüentes e sucessi-

vas manifestações conflituosas de pro-

testos de estudantes, até com graves

riscos de dano à incolumidade física,

que vem ocorrendo nas ruas de várias

capitais de Estados-membros, em fran-

ca oposição aos reajustamentos verifi-

cados nos últimos meses. Oficie-se, con-

forme se requer. Cite-se. O Autor indi-

cará os litisconsortes passivos necessá-

rios a serem citados. Em 02-09-89. (a)

SEBASTIAO FAGUNDES DE DEUS.